Odebrecht Ambiental - Araguaia Saneamento S.A.

CNPJ nº 16.876.276/0001-78

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos Auditores Independentes. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Redenção, 26 de abril de 2017.

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço patrimonial

Ativo	Nota explicativa	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	429	301
Contas a receber	6	2.877	1.777
Partes relacionadas	12	–	1.850
Tributos a recuperar	7	349	648
Outros ativos		261	135
		3.916	4.711
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	12	–	268
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	2.963	2.559
Tributos a recuperar	7	331	256
Outros ativos		25	–
		3.319	3.083
Imobilizado		53	63
Intangível	8	28.363	27.785
		31.735	30.931
Total do ativo		35.651	35.642

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2016	2015
Circulante			
Fornecedores	9	682	577
Empréstimos	10	–	20.578
Salários e encargos sociais	11	349	232
Tributos a pagar		62	391
Obrigações pela aquisição de investimentos	13	675	1.666
Outros passivos		151	1.064
		1.919	24.508
Não circulante			
Partes relacionadas	12	5.447	3.459
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.8	21.360	–
Obrigações pela aquisição de investimentos	13	4.739	4.887
Outros passivos		185	–
		31.731	8.346
Patrimônio líquido	15		
Capital social		7.810	7.810
Prejuízos acumulados		(5.809)	(5.022)
		2.001	2.788
Total do passivo e patrimônio líquido		35.651	35.642

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

	Nota explicativa	Capital Social Subscrito	Capital Social A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2015		10.000	(2.350)	(2.850)	4.800
Integralização de capital	15 (a)	–	160	–	160
Prejuízo do exercício		–	–	(2.172)	(2.172)
Em 31 de dezembro de 2015		10.000	(2.190)	(5.022)	2.788
Prejuízo do exercício		–	–	(787)	(787)
Em 31 de dezembro de 2016		10.000	(2.190)	(5.809)	2.001

Demonstração do resultado

Operações continuadas	Nota explicativa	2016	2015
Receita líquida de serviços	16 (a)	11.969	10.420
Custos dos serviços prestados	16 (b)	(9.132)	(7.501)
Lucro bruto		2.837	2.919
Receitas (despesas) operacionais	16 (b)		
Gerais e administrativas		(1.729)	(2.063)
Outras receitas (despesas), líquidas		(305)	49
Lucro operacional		803	905
Resultado financeiro	16 (c)		
Receitas financeiras		551	257
Despesas financeiras		(2.545)	(4.446)
Resultado financeiro, líquido		(1.994)	(4.189)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.191)	(3.284)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12 (b)		11
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (b)	404	1.101
Prejuízo do exercício		(787)	(2.172)
Prejuízo por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	15 (b)	(0,08)	(0,22)

Demonstração dos fluxos de caixa

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.191)	(3.284)
Ajustes		
Depreciação e amortização	1.312	1.302
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	436	–
Margem de lucro de construção	(37)	(35)
Juros e variações monetárias, líquidas	1.861	3.056
	2.381	1.039
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.536)	(547)
Tributos a recuperar	224	394
Outros ativos	(151)	(97)
Fornecedores	(215)	56
Salários e encargos sociais	117	32
Tributos a pagar	(329)	318
Outros passivos	(730)	1.508
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(239)	2.703
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(11)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(239)	2.692
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de investimentos	(1.859)	–
Adições ao imobilizado	(6)	(45)
Adições ao intangível	(1.516)	(1.569)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.381)	(1.614)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	–	11.910
Amortizações de empréstimos	(20.483)	(5.910)
Juros pagos de empréstimos	(1.235)	(2.470)
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.360	–
Integralização de capital social	–	160
Partes relacionadas	4.106	(4.542)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	3.748	(852)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	128	226
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	301	75
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	429	301

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Informações gerais: A Odebrecht Ambiental - Araguaia Saneamento S.A. ("Companhia") foi constituída em 26 de setembro de 2012 com o objetivo social de operacionalizar os serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário do município de Redenção no Estado do Pará. Em 19 de setembro de 2012, a Companhia assinou junto à Prefeitura Municipal de Redenção, o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos, com investimento previsto de R$ 168.126 (não auditado), tendo como meta o atendimento a 99% da população urbana até 2022 com o abastecimento de água e 85% da população até 2028 com o tratamento de esgoto. Os investimentos na recuperação e ampliação dos sistemas de água e esgotamento sanitário foram iniciados no primeiro semestre de 2013, assim como a geração de receita através de cobrança direta aos usuários do sistema. Em 29 de dezembro de 2016, a Odebrecht Ambiental S.A. ("ODB Ambiental") transferiu a totalidade das ações detidas na Companhia para a Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. ("OAPS"). A Companhia é parte integrante do Grupo Odebrecht ("Grupo") e controlada pela OAPS. Em 27 de outubro de 2016, a Odebrecht S.A. firmou contrato para alienação da totalidade de sua participação, equivalente a 70%, do capital social da Odebrecht Ambiental, controladora indireta da Companhia à época ("Transação"). A Transação foi devidamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 14 de dezembro de 2016, sendo que o seu fechamento definitivo e a troca efetiva do controle da ODB Ambiental encontravam-se sujeitos a outras condições habituais em operações dessa natureza, como a obtenção de anuências do Poder Público e Financiadores. Até a conclusão da venda, com o efetivo implemento de todas as condições, o controle direto e indireto da Companhia, bem como os planos da atual Administração, permaneceram inalterados. Após reorganização societária ocorrida em 29 de dezembro de 2016 e o implemento de todas as condições pertinentes, a Transação foi concluída em 25 de abril de 2017, tendo sido alienada, pela Odebrecht S.A., a totalidade de suas ações no capital da OAPS, empresa que congrega as participações dos ativos da Odebrecht Ambiental envolvidos na Transação e atual controladora indireta da Companhia, para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc. O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS mantém sua participação de 30% no capital social da OAPS. Toda a estrutura técnica da Odebrecht Ambiental, tais como o seu quadro de funcionários e sua capacidade técnica, operacional e financeira, foram transferidos para a OAPS e permanece inalterada, garantindo, portanto, a manutenção de todos os compromissos. Em relação à Companhia, a Transação resultou na alteração de seu controle societário indireto, sem gerar impactos no dia a dia de sua operação, na execução de seus contratos ou na relação com parceiros e contrapartes. Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava-Jato, que investiga, principalmente, práticas de corrupção e lavagem de capitais, e que também envolvem empresas, ex-executivos e executivos, ex-empregados e empregados do Grupo, do qual a Companhia fazia parte. No contexto dessas investigações, ressalta-se que a Companhia não foi objeto de qualquer mandado de busca e apreensão. Em 1º de dezembro de 2016, foi assinado Acordo de Leniência pela Odebrecht S.A., já homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, produzindo assim os efeitos cíveis inerentes. O Acordo foi tornado público pelo Ministério Público Federal, que já está postulando a aplicação de suas cláusulas em juízo. A Administração informa que a Companhia e seus ex-acionistas diretos não são subscritores do mencionado Acordo, mas que este beneficia todas as empresas do Grupo Odebrecht, e, portanto, a Companhia e seus ex-acionistas diretos não assumirão responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária nele prevista. Em 30 de janeiro de 2017, o Supremo Tribunal Federal homologou as colaborações premiadas de 78 executivos, e ex-executivos do Grupo Odebrecht na Operação Lava-Jato. Até o presente momento, o conteúdo das colaborações é objeto de investigação por parte das autoridades brasileiras. A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas investigações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado. Desta forma, no melhor conhecimento da Administração da Companhia, não há razão para determinar que a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e suas consequências. Todavia, a Administração entende que tais efeitos, caso existentes, não afetarão significativamente as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 26 de abril de 2017. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Companhia não possuía outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Dessa forma, a demonstração de resultados abrangentes nessas datas não está sendo apresentada. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de

continua